

---

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

---

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

## CADERNO DE PROVAS – PARTE II

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**CARGO:**

**ANALISTA EM C&T JÚNIOR I (B8)**

Aplicação: 30/11/2008

### ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas, confira o seu nome e o código do seu cargo.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **2 e 3/1/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **26/1/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de documentos para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1 - MCT, de 28/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **71 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com fundamento nos conceitos e normas atinentes à organização do Estado e à estrutura da administração pública e ao papel dos agentes públicos, julgue os itens de **71 a 86**.

- 71** De acordo com a Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos está sujeita a revisão anual obrigatória e deve ter caráter geral, a um índice único e sempre na mesma data.
- 72** O cargo de analista em ciência e tecnologia é acumulável com o de professor.
- 73** Nos termos do princípio orçamentário da não-vinculação, é vedado às diferentes esferas da Federação vincular parcela das receitas orçamentárias à pesquisa científica e tecnológica.
- 74** A administração pública abrange o conjunto de serviços prestados pelos órgãos e entidades que compõem a sua estrutura, cuja função é implementar as atividades que decorrem das decisões políticas materializadas pelas normas legais.
- 75** A crise financeira recente, que se manifestou inicialmente no mercado imobiliário norte-americano, vem demonstrando o fracasso e a inviabilidade da transformação do Estado provedor em Estado regulador.
- 76** Não obstante as discussões sobre a redefinição das funções do Estado moderno, não está em questão o seu papel na produção dos bens públicos. Aos bens públicos tradicionais, que compreendem a defesa, a justiça e a segurança, têm-se agregado crescentemente novas áreas, entre as quais se destacam a proteção e o trato das questões ambientais.
- 77** As empresas públicas, que são de direito privado, exercem atividades típicas, mas não exclusivas, da administração pública. No âmbito federal, seu capital é controlado diretamente pela União e por outras entidades da administração indireta.
- 78** A criação de entidades estatais está ligada a idéias, como especialização e flexibilidade. Entre as vantagens das sociedades de economia mista, aponta-se a de permitir uma maior acumulação de recursos; entre as desvantagens, entretanto, citam-se os conflitos entre o interesse geral e os particulares.
- 79** No ordenamento jurídico brasileiro, as fundações cuja instituição é apenas autorizada por lei não estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Poder Executivo, mas tão-somente do Ministério Público.
- 80** Os cargos vitalícios constituem uma exceção constitucional à regra estatutária, pela qual o servidor, mesmo adquirindo direito à permanência no serviço público, não adquirirá nunca direito ao exercício da mesma função, no mesmo lugar e nas mesmas condições.
- 81** A investidura em cargo ou emprego público condicionada à sua natureza ou complexidade não autoriza o estabelecimento de requisitos diferenciados de admissão, que limitem a acessibilidade a características, como idade, sexo ou categoria profissional.
- 82** Os servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional que se elegerem este ano e forem investidos como prefeitos poderão ficar afastados do cargo, emprego ou função, mas não poderão continuar percebendo a respectiva remuneração.
- 83** Entre as diversas categorias de agentes públicos incluem-se os particulares em colaboração com o poder público, tais como os que realizam serviços notariais e de registro, bem como os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos, que não têm vínculo com a administração, mas são fiscalizados pelo poder público, e recebem sua remuneração de terceiros usuários desses serviços.
- 84** O poder de polícia, que, como atividade do Estado, limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, é repartido entre os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público.
- 85** O poder disciplinar, que é discricionário, é uma decorrência da hierarquia. Mesmo não havendo hierarquia no tocante ao exercício de funções institucionais — caso do Judiciário e do Ministério Público —, ela existe nas relações funcionais de trabalho.
- 86** No exercício de seu poder regulamentar, o presidente da República pode, por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal inclusive mediante a criação ou extinção de órgãos e de cargos públicos.

No que diz respeito aos serviços públicos de um modo geral, julgue os itens que se seguem.

- 87** O mandado de injunção é uma forma de controle social, à medida que a omissão da autoridade na regulamentação de determinada matéria torne inviável o exercício das prerrogativas da cidadania.
- 88** Entende a legislação brasileira que a delegação de competência transfere para a autoridade delegada as prerrogativas e responsabilidades originariamente conferidas ao delegante, que, na vigência da delegação, não poderá avocar os poderes correspondentes.
- 89** Os serviços de rádio e televisão têm uma peculiaridade no ordenamento jurídico brasileiro, pois devem ser prestados em regime de complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado. Portanto, o Estado deve atuar diretamente no setor e, simultaneamente, outorgar e renovar concessões, permissões e autorizações.
- 90** Se o Estado puder atuar na esfera econômica sob configuração empresarial, nem por isso tais atividades serão caracterizadas como se fossem serviços públicos.

A respeito do controle e responsabilização da administração, julgue os itens a seguir.

- 91** Uma forma de controle legislativo sobre a administração, incorporada à Constituição de 88 e utilizada frequentemente e com muita eficácia, consiste na competência do Congresso Nacional para sustar os atos normativos das autoridades do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- 92** A responsabilidade do Estado foi amplamente contemplada na Constituição de 1988 e se aplica inclusive aos casos que não caracterizem a existência de dolo ou culpa. Apenas nessas duas situações, entretanto, há direito de regresso contra agente responsável.
- 93** O alcance da função de controle interno e externo é mais abrangente que o da supervisão ministerial, que se restringe aos casos de controle deliberativo. O controle interno e externo é aplicável à utilização de recursos públicos de um modo geral, inclusive a pessoas fora do âmbito da administração pública.
- 94** A remuneração básica dos concessionários de serviços públicos é constituída pelas tarifas, cuja cobrança, por sua natureza tributária, é feita diretamente dos usuários, mediante delegação do poder público.

Acerca da contabilidade e a auditoria no setor público, julgue os itens de **95** a **101**.

- 95** Os quatro sistemas de contas da contabilidade pública são o sistema patrimonial, de resultados, de caixa e de competência.
- 96** Para as unidades que utilizam o SIAFI, os recursos vinculados a determinada destinação são movimentados por meio da conta única, e não de contas bancárias específicas. O controle é feito por fonte de recurso nas contas de compensação.
- 97** Entre as técnicas de auditoria, a entrevista é especialmente indicada quando o auditor tem pouco conhecimento do órgão ou entidade e da área sob exame. Uma de suas vantagens é dispensar a comprovação da informação obtida.

**98** Considere que para a verificação dos credores de um ente público, o auditor considerou mais apropriado valer-se da amostragem por julgamento, o que lhe permitiria reduzir o tamanho da amostra para formar uma opinião geral. Nesse caso, um dos critérios de seleção deverá contemplar itens usuais e sem indícios de irregularidades.

**99** As unidades de auditoria interna das entidades da administração indireta vinculam-se tecnicamente aos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Seus dirigentes só podem ser nomeados ou exonerados após consultada a Secretaria do Tesouro Nacional.

**100** Sem prejuízo do atendimento aos princípios da legalidade e da eficiência, a economicidade também se insere entre os princípios do controle na administração pública: o exame da despesa a um custo adequado, o menor possível, deve estar associado à obtenção de um resultado que atenda satisfatoriamente à coletividade.

**101** As recomendações ou determinações emanadas pelos órgãos central e setoriais de controle interno do Executivo deverão ser objeto de registro acerca de sua implementação ou cumprimento no relatório anual de atividades de auditoria interna.

Sobre o orçamento público e as responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos, julgue os itens subseqüentes.

**102** As unidades setoriais e seccionais do sistema de correição, cujas autoridades tiverem conhecimento de irregularidades praticadas no serviço público, são obrigadas a promover sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

**103** Os responsáveis pela realização dos trabalhos de auditoria interna comunicarão os resultados de suas constatações preliminares diretamente aos dirigentes do órgão ou entidade, a quem cabe decidir se os responsáveis pelas áreas auditadas podem apresentar esclarecimentos e/ou justificativas a respeito dos atos e fatos ocorridos nas respectivas áreas.

**104** Os suprimentos de fundos se enquadram entre as despesas que podem ser efetuadas com o cartão de pagamento do governo federal. Os suprimentos são utilizados, entre outros casos, para as despesas que cada órgão ou entidade entender como devendo ter caráter sigiloso, segundo as conveniências da administração.

**105** É considerada de competência do exercício a despesa empenhada e não liquidada quando o serviço contratado tiver sido prestado até 31 de dezembro do exercício, embora o prazo estabelecido tenha previsto a sua conclusão até 15 de janeiro do exercício subseqüente.

**106** Considere que o pagamento de determinadas vantagens aos servidores de um órgão tinha sido previsto, constando dotação específica no orçamento do respectivo exercício. Por cautela, o responsável pelo órgão inscreveu o valor correspondente em restos a pagar e efetuou consulta à área jurídica competente, que confirmou o direito dos servidores. Nesse caso, o pagamento, a ser efetuado no exercício subseqüente, deverá ser feito à conta de despesas de exercícios anteriores.

A propósito do SIAFI, do SIASG e do SICAF, julgue os itens a seguir.

- 107** A modalidade de uso parcial do SIAFI não permite tratar recursos próprios da entidade nem dispensa o envio de balancetes e balanços para integração pelos órgãos setoriais do sistema.
- 108** Na concepção da estrutura orgânica do SIAFI, considera-se gestão o patrimônio atribuído a uma unidade orçamentária com personalidade jurídica própria, que movimenta recursos financeiros.
- 109** O SIASG, gerido pelo Ministério da Fazenda, possibilita o cadastramento dos fornecedores de todas as esferas da administração e é de uso exclusivo das pessoas físicas e jurídicas que transacionam com o poder público.
- 110** O sistema de preços praticados (SISPP) é um subsistema do SIASG, que coleta e registra os preços mais recentes praticados nos principais mercados de bens e serviços usualmente demandados pela administração pública.
- 111** Entre os benefícios do cadastramento no SICAF aponta-se a seleção do fornecedor com base na linha de fornecimento de material ou serviço.
- 112** A habilitação total no SICAF é obrigatória para compra sob qualquer modalidade de licitação.

Com base nos conceitos e aplicações da matemática financeira, julgue os itens de **113** a **115**.

- 113** Na aplicação da tabela *Price* aos sistemas de amortização, as amortizações são crescentes, os juros, decrescentes, e as prestações, fixas.
- 114** Suponha que um bem tenha sido adquirido por R\$ 50.000,00 e, dois anos depois, tenha sido vendido por R\$ 51.750,00. Sabendo-se que a inflação do período foi de 15%, conclui-se que a operação resultou em um resultado real negativo de 10%.

- 115** Considere que as receitas de uma entidade, em três exercícios sucessivos, foram de, respectivamente, R\$ 120.000,00, R\$ 150.000,00 e R\$ 180.000,00. Sabendo-se que os índices de preços correspondentes aos três exercícios são de 100, 120 e 150, respectivamente, conclui-se que houve variação real (positiva) das receitas no 2.º e 3.º exercícios em relação aos exercícios anteriores.

Com referência aos tributos em geral, julgue os seguintes itens.

- 116** A lei de diretrizes orçamentárias, por orientar a elaboração da lei orçamentária anual, é o meio apropriado para a concessão de subsídios ou isenções a vigorarem no exercício subsequente.
- 117** Ao constatar os riscos representados pela importação irrestrita e crescente de equipamentos de informática, o governo resolva aumentar as alíquotas do imposto de importação sobre esses equipamentos, essa medida poderá ser tomada rapidamente, pois, dentro de limites e condições previamente estabelecidos, não dependerá da aprovação do Congresso Nacional.
- 118** O IPI é um caso peculiar de aplicação dos preceitos relativos às limitações do poder de tributar, pois não está sujeito ao princípio da anterioridade, mas um aumento de alíquota só poderá ser exigido 90 dias após a sua decretação.
- 119** Ainda que a Constituição Federal, como regra geral, vede a vinculação de receita de impostos a determinado tipo de despesa, aos estados e ao Distrito Federal é permitido vincular parcela de sua receita orçamentária a crédito de um fundo gerido por instituição pública de fomento à pesquisa científica e tecnológica.
- 120** Tendo em vista a obrigatoriedade de observância do sigilo fiscal, as administrações tributárias das diversas esferas só poderão valer-se do compartilhamento de cadastros e intercâmbio de informações fiscais mediante prévia autorização judicial.

RASCUNHO